

As imigrações



Adriano Moreira

31 Outubro 2020 — 00:29

A força da unidade europeia, além das questões científicas, culturais, e até religiosas, tem um princípio global que é o de que nenhum Estado membro tem capacidade para enfrentar isolado os desafios deste mundo sem bússola. Os conflitos, incluindo militares, foram historicamente numerosos, e o fim atual não está suficientemente longe para ter ganho o quadro histórico em que será apenas considerado sem ter já consequências em relações tensas e por isso perigosas. O infeliz Brexit é lembrança de que os princípios inspiradores da União podem ainda ser abandonados, mas também é possível que o Brexit obrigue o Reino Unido a reparar a de novo necessidade de garantir a sua unidade plural de Nações, e saber que definição trarão as próximas eleições para um estadista que é primeiro ministro que ganhou a questão entre Remainers e Brexistas simplesmente por ter sido escolhido pelos membros do seu partido.

O futuro pode trazer nova leitura inquietante da história do abandono, por um Estado que não tem Nação, da União que adotou aceitar o exigido multilateralismo para enfrentar o futuro. Nesta data, o facto de o Reino Unido levar consigo o maior exército e a melhor força naval dos Estados da União, torna mais exigente, como foi logo lembrado pela Comissão, organizar uma defesa que enfrente os desafios mais evidentes desta época: combater o terrorismo, ter fronteira pacífica com um Médio Oriente que reconhece insuficientemente as democracias, dificultando as ingerências uteis da Europa, consolidar o Projeto Europeu com a intervenção de novo confiante dos eleitorados, neste tempo infeliz de ataque do Covid-19, que nenhum Estado conseguiu até agora vencer, sem o êxito comprovado dos anunciados 2427 estudos clínicos em curso.

A economia ressent-se, a solidariedade social cresce em operacionais mas insuficientes recursos. Porque o desastre é mundial, para além dos motivos políticos, que são pesados, as migrações crescem agora pelo facto de a mudança destrutiva do planeta inspirar a busca de um futuro, muito frequentemente no território dos passados titulares do poder colonial. Já em 2015, o Alto Comissário da ONU para os refugiados (HCR) anunciava

milhões de pessoas obrigadas pela força a mudar de terra, especificando duas categorias: 21,3 milhões de refugiados e 3,2 milhões pedindo asilo, tendo os primeiros aumentado desde 2010.

Por um lado é a guerra que mais influencia os refugiados, vindos especialmente do Médio-Oriente e da África. São muitos milhares os que procuram entrar na Europa, e atravessar o Mediterrâneo transforma este, com frequência, num cemitério. O conflito, nos países de destino, entre deveres de humanidade e necessária defesa contra possíveis terroristas, não tem conseguido por como regra em vigor a resposta, efetivamente regulada por lei cumprida, as imposições e exigências dos conflitos. Os tratados de Amesterdão e de Lisboa, levaram ao programa da La Haya de 2004. Todavia a repartição física dos refugiados continua a ser a mais difícil, que foi objeto de uma proposta de modelo de repartição feita sem êxito pela Alemanha em 1994. Em 2000, Malta pediu ajuda, que durou de 2000 a 2013; aderiram doze Estados membros, mas consta que o todo não excederia cerca de 500 refugiados. Por tudo isto, gravemente ofensivo dos direitos humanitários, a situação exigiu decisões jurídicas da Grécia e da Itália, e secundariamente da Alemanha. Infelizmente, nos problemas das fronteiras de destino, como aconteceu por exemplo com a Macedónia em 2010, a última tentativa divulgada diz respeito ao acordo de receção pela Grécia e pela Turquia, desde 18 de março de 2016, recolhendo a Turquia, segundo as notícias, seis milhões de euros para melhorar a recolha dos refugiados.

A qualidade das relações da Turquia com a Europa não melhorou, e as Jurisdições internas, da Grécia, da Turquia, e europeia, já intervieram. Por seu lado, a 6 de abril de 2016, a Comissão Europeia publicou uma reforma do regime europeu comum de asilo. A realidade é que, com o resultado, nem os valores humanos a respeitar evitam que o Mediterrâneo continue a ser um cemitério. Embora as referências globais sejam aqui insuficientes, acontece que enquanto pela epidemia cada Estado perde excessivamente a sua população originária, a Europa precisa de rever e salvaguardar seriamente o seu espírito de humanidade, incluindo alguma necessidade própria de repor a população. Mas uma necessidade que não pode consentir no número repetido de emigrantes que são submetidos a uma subordinação ocultada, dificilmente diferenciável da escravatura, que a história do presente tanto condena do passado, não apenas colonial. A desordem internacional não dispensa cumprir com os imperativos jurídicos, mas antes de tudo morais, exigentes para todas as etnias e culturas, para todos os atingidos por conflitos que não causaram e os impedem de ter futuro. Reposta a paz, as fronteiras só poderão ser de identidade e não de conflito.